

# Terra Roxa: terra de talentos

Para desbravar a região onde hoje fica a cidade de Terra Roxa foi criada no início do século 20 a Companhia Agrícola-Pastoril do Baranhão. Em 1918, a Companhia Ferroviária São Paulo-Goiás inaugurou o trecho de ferrovia que ligava a pequena vila a São Paulo. A estação recebeu o nome de Terra Roxa devido à cor da terra, nome que batizou a vila, cuja fama de ter solo muito fértil atraiu muitos interessados e um grande loteamento foi iniciado. O núcleo urbano, com ruas planejadas, aos poucos foi adquirindo ares de cidade rodeada por grandes fazendas. A abundância das colheitas de cereais e de café, devido à fertilidade da terra roxa, valorizava economicamente as terras que custavam mais caro do que as das imediações.

A instalação do município aconteceu apenas em 1949. O reconhecimento do impulso dado pela agricultura no desenvolvimento local está no brasão da cidade, onde o café e o algodão são destaques.

Hoje, com cerca de 7.700 habitantes, a agricultura continua tendo papel importante na geração de empregos e renda, mas com o predomínio da cana-de-açúcar. A maior indústria da cidade produz doces: goiaba, banana, abóbora e leite. São 30 toneladas por mês. Os proprietários são também produtores rurais. Produzem praticamente toda a matéria-prima da indústria. O comércio é tímido, mas o prefeito, em seu terceiro mandato, é ousado e realizador. Os recursos são administrados por prioridades. A saúde é uma das principais. Segundo a Prefeitura, apesar de receber cerca de R\$ 9 mil por mês para o setor, gasta cerca de R\$ 70 mil. A cidade tem um hospital, um pronto-socorro, um centro de saúde e duas unidades básicas de saúde, equipados com centro de fisioterapia, radiologia, ultrassonografia, laboratório de análises clínicas e assistência psicológica. O centro odontológico funciona 10 horas por dia. Tudo é gratuito, inclusive as próteses. A cidade tem ainda 5 ambulâncias,



Foto: Prefeitura Municipal

**Biblioteca Municipal, recém inaugurada, réplica da primeira capela da cidade**

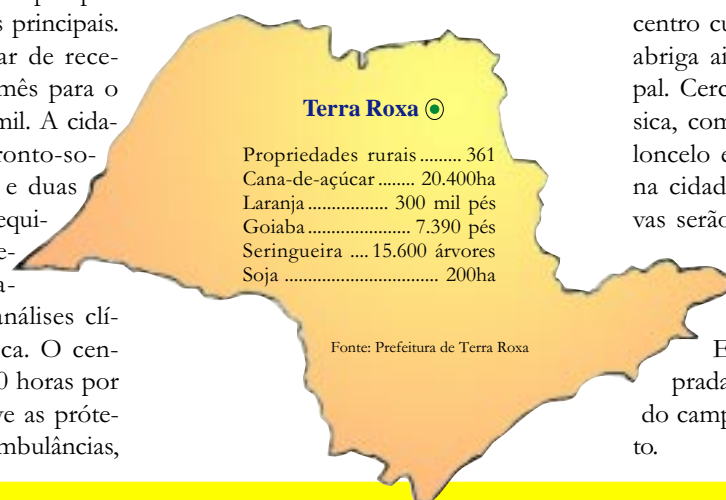
sendo que uma com equipamentos de UTI e um ônibus equipado para atuar preventivamente, principalmente nas escolas e na zona rural.

Na área de infra-estrutura tudo é 100%: água encanada, iluminação pública, asfalto, coleta de lixo, inclusive seletiva e tratamento de esgoto.

A inauguração de dois conjuntos habitacionais com quase 500 residências fez com que a cidade crescesse para longe do centro, onde estão as escolas e o comércio. A solução foi criar o transporte coletivo: um ônibus faz todo o percurso da cidade, dia e noite, sem cobrança de tarifa.

Educação, cultura e esportes andam lado a lado em Terra Roxa.

Toda estrutura física e humana para



o desenvolvimento dos jovens vem sendo aprimorada na cidade. A educação conta com a parceria de um sistema de ensino privado, que já atende alunos até a quinta série, e está sendo ampliado ano a ano até atender todos os alunos do ensino fundamental. A cidade já se inscreveu para o Fundeb, do Ministério da Educação. Se tudo der certo, a intenção é levar o método para o ensino médio também.

A biblioteca municipal, recém inaugurada, as salas de áudio visual e informática complementam o trabalho realizado nas escolas. Paralelamente o esporte é outro fator de desenvolvimento. Cinco quadras cobertas atendem alunos e a comunidade. A cidade é tetracampeã regional de damas, no futebol já foi vice-campeã da Taça São Paulo em 2003. No vôlei é vice-campeã juvenil, e no karatê é bicampeã paulista com o jovem Ivan Carlos dos Santos, que começou treinando na escola e hoje é um dos destaques ao lado do professor Maurício Inamônico, atual campeão paulista adulto. Só treina e disputa os campeonatos quem vai bem na escola.

Na cultura o destaque fica para o Teatro Municipal, com 400 lugares, que serve também como sala de cinema, e centro cultural e profissionalizante, que abriga ainda a mini sinfônica municipal. Cerca de 50 crianças estudam música, com destaque para o violino, violoncelo e flauta. Os planos não param na cidade. Mais duas quadras esportivas serão cobertas. A cidade pensa em uma parceria com um time profissional de futebol, para encaminhar os seus craques. A Escola Agrícola já tem área comprada, afinal Terra Roxa sabe que é do campo que depende seu crescimento.



## Cooperativismo e desenvolvimento humano



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, é um contra-ponto de outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que leva em conta apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH envolve, além deste, outros dois aspectos: a longevidade, que utiliza parâmetros de expectativa de vida ao nascer; e a educação, que avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos níveis de ensino. As três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

O IDH tornou-se uma referência mundial. Hoje os 5.507 municípios brasileiros, dos 26 Estados e do Distrito Federal, estão “ranqueados” e fazem parte do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas.

Com base nestes valores foi possível notar como as cooperativas fazem a diferença nas cidades onde estão presentes. Os valores médios do IDH dessas cidades, em todas as regiões do país, são maiores do que os daquelas que não têm cooperativas. Na região sudeste, por exemplo, o IDH médio das cidades com cooperativas é de 0,789, enquanto nas cidades sem cooperativas é de 0,763.

O levantamento considera as 7.355 cooperativas do Brasil, dos 13 ramos do cooperativismo.

As cooperativas dos ramos agrícola e de saúde são dois bons exemplos. O diferencial de renda para os associados das cooperativas de saúde é de R\$ 139,86 milhões, recursos que vão gerar consumo e circulação de mercadorias no comércio local, e contribuições aos governos estaduais na ordem de R\$ 18,48 milhões (base: dez/2003). Já nas cooperativas agropecuárias o diferencial de renda dos associados é de R\$ 28,33 bilhões, e a contribuição aos governos estaduais fica em torno de R\$ 3,75 bilhões.

A diferença da média salarial paga pelas cooperativas é também expressiva. No sudeste, o salário médio fora da cooperativa é de 2 vezes o salário mínimo, enquanto na cooperativa é de 4,05.

Esses números explicam porque os Índices de Desenvolvimento Humano das cidades onde estão instaladas sedes e filiais de cooperativas são geralmente maiores do que nas outras. Mas, sobretudo, refletem a doutrina cooperativista, que visa promover o social através do econômico.

O cooperativismo é um movimento mundial. A primeira cooperativa de que se tem registro resultou da união de trabalhadores da indústria têxtil, na Inglaterra, para enfrentar as dificuldades advindas com a Revolução Industrial.

Estes pioneiros vislumbraram no cooperativismo uma alternativa possível, e fizeram da ajuda mútua um instrumento fundamental da organização social. Um movimento que é cada vez mais atual, face às desigualdades que continuam crescendo em todo o mundo.

### IDH e municípios com sede de cooperativas

	CO	NE	N	SE	S	Brasil
Cooperativas	708	1.634	582	3.161	1.270	7.355
% Municípios com Cooperativas	28,72	30,31	35,63	31,53	30,63	31,04
Cooperativas por Município	1,53	0,91	1,29	1,89	1,07	1,32
IDH dos Municípios sem cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666
IDH dos municípios com Cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701

Fonte: OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

# Cobrança pelo uso da água: quando e quanto

A base legal para a cobrança pelo uso da água no Brasil é de 1916. O Código Civil daquele ano estabeleceu que a utilização de bens públicos de uso comum poderia ser gratuita ou retribuída, conforme leis da União, dos Estados e dos Municípios. Em 1934, o Código da Água, estabelecido pelo Decreto Federal nº 24.643, consolidou a legislação básica brasileira de águas, confirmando a possibilidade de cobrança.

A Lei 6.938 de 1981, que trata da política nacional de meio ambiente, incluiu a possibilidade de indenização aos danos causados às águas pelos poluidores ou predadores. Mas foi só em 1997, com a Lei 9.433, que a cobrança pelo uso da água foi definida como instrumento de gestão dos recursos hídricos. No ano 2000, a Lei 9.984 instituiu a Agência Nacional de Águas – ANA, que tem competência para implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União. Um trabalho feito em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas.

A implementação da cobrança pelo uso da água começou a ocorrer em 2002 nas Bacias dos rios Paraíba do Sul, em São Paulo, e na do Alto Iguaçu, no Rio de Janeiro, onde as normas e procedimentos foram amplamente discutidos. A Bacia do Paraíba do Sul é a única experiência de cobrança em andamento no Brasil e está funcionando como piloto desde 2003. A cobrança em todas as bacias hidrográficas foi aprovada graças a uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), de março deste ano.

A insegurança de todos os usuários em relação à nova cobrança ainda é muito grande. Por enquanto as cobranças serão feitas apenas em rios federais, apesar de 24 Estados do Brasil e do Distrito Federal já possuírem leis sobre política e gerencia-



Foto: CDH Pardo

Encontro dos rios Pardo e Mogi, na região de Ribeirão Preto

mento de recursos hídricos, que prevêem a taxa. No Estado de São Paulo existe ainda um projeto específico para tal fim, o PL nº 676, que está desde o ano 2000 na Assembléia Legislativa do Estado para ser votado. O projeto entrou na pauta de votação mais uma vez no último mês de junho, mas foi proposta uma emenda aglutinativa e o projeto voltou para discussão.

É preciso mesmo discutir até chegar ao melhor para usuários e consumidores. O modelo brasileiro foi inspirado no francês, que demorou 30 anos para consolidar a cobrança nacional e hoje arrecada cerca de US\$ 2,5 bilhões, recursos que são devolvidos via preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos de suas bacias.

Para discutir este assunto a ABAG/RP promoveu mais uma edição do seu Ciclo de Debates. Foram convidados representantes do setor do agronegócio, da indústria e do

comércio da região. O palestrante foi o Diretor Regional do Departamento de Água e Energia Elétrica, Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo e membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Carlos Alencastre.

Depois de comparar as legislações federal e estadual e mostrar modelos práticos de cobrança, Alencastre demonstrou que o Brasil ainda está começando a consolidar a cobrança pelo uso da água, mas deixou clara a

importância dos comitês de bacia em todo o processo. Os comitês definirão a utilização dos recursos arrecadados. Segundo a Lei 10.881, estes recursos não podem ser contingenciados e devem ser aplicados na recuperação ambiental das bacias onde foram arrecadados. A estimativa é que a arrecadação, em 20 anos, chegue a R\$ 40 bilhões.

O impacto da cobrança será sentido tanto pelas indústrias, empresas urbanas e rurais, quanto pelos con-

sumidores urbanos. A taxa média será de cerca de dois centavos por metro cúbico consumido, ou segundo cálculos dos CNRH 2% a mais na conta de cada consumidor.

Os Comitês de Bacia poderão propor diferenciação dos valores a serem cobrados, em função de critérios e parâmetros definidos em regulamento, que abranjam a qualidade e disponibilidade de recursos hídricos, de acordo com as peculiaridades das respectivas unidades hidrográficas.

**Quem vai pagar?**

- Serviços de Água e Esgoto
- Indústrias fora da rede pública
- Irrigantes
- Outros (geração hidrelétrica, abastecimento rural, lazer, recreação, aquicultura, entre outros)

**Quem faz a cobrança?**

No caso do Estado de São Paulo o DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) ou as Agências de Bacia

**O que será cobrado?**

- Captação, extração e derivação.
- Lançamento de efluentes, transporte ou assimilação de efluentes

**Quanto cobrar?**

Os limites e condicionantes serão determinados pelos Comitês Regionais de Bacia. A fórmula da cobrança é baseada na vazão captada, na vazão de água consumida e na carga orgânica gerada.

**Quem fica com o dinheiro arrecadado?**

Entre 7 e 10% ficarão para o Sistema Nacional de Gerenciamento. O restante volta para a Bacia para ser aplicado conforme determinar o Comitê Regional que deverá constituir uma Agência para gerir os recursos. Por enquanto apenas em rios federais podem instituir a cobrança. Para os rios estaduais deverá haver legislação específica.

**Isentos**

Uso doméstico de propriedades rurais e pequenos núcleos do meio rural, quando independentem de outorga de direito de uso. Os serviços públicos de distribuição não poderão repassar a parcela relativa à cobrança aos usuários finais que recebam da rede até 10m<sup>3</sup>/mês

## Bases de Cálculo

**Na captação, extração e derivação**

$$PUF_{CAP} = PUB_{CAP} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

$$PUF_{CONS} = PUB_{CONS} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

PUF: Preço Unitário Final  
PUB: Preço Unitário Básico  
PUF não poderá ser maior que o Preço Unit. Máx. = R\$ 0,01/m<sup>3</sup> = 0,001078 UFESPs  
X: Coeficientes (finalidade, classe do rio, sazonalidade, outros)  
UFESP/2005=R\$ 13,30

**Lançamento de efluentes**

$$PUF_{DBO} = PUB_{DBO} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

$$PUF_{DQO} = PUB_{DQO} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

$$PUF_{RS} = PUB_{RS} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

$$PUF_{CI} = PUB_{CI} \cdot X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_n$$

PUF: Preço Unitário Final  
PUB: Preço Unitário Básico  
X: Coeficientes (natureza da atividade, classe do rio, carga lançada, outros)

**TOTAL**

- Na captação, extração e derivação
- Lançamento efluentes

$$C = PUF_{CAP} \cdot Q_{CAP} + PUF_{CONS} \cdot Q_{CONS} + PUF_{DBO} \cdot Q_{DBO} + \dots$$

**C=Valor Cobrança= X<sub>1</sub>V<sub>1</sub>+X<sub>2</sub>V<sub>2</sub>+X<sub>3</sub>V<sub>3</sub>**

C: Cobrança total  
PUF: Preço Unitário Final do água captada  
Q<sub>cap</sub>: Quantidade de água captada